

# Mostrando a verdadeira cara: Liberdade em risco<sup>1</sup>



**Luiz Machado**

Economista, formado pela Universidade Mackenzie em 1977.  
Vice-Diretor e Professor Titular da Faculdade de Economia da Fundação  
Armando Alvares Penteado – FAAP, em São Paulo.

[eco.diretor@faap.br](mailto:eco.diretor@faap.br)

***"Nesse decreto, a expressão 'direitos humanos' é apenas um carimbo destinado a legitimar um sistema autoritário de controle econômico, social e político."***

**O Estado de S. Paulo  
(Editorial, 17.01.2010)**

Parece incrível, mas o primeiro mês do ano já ficou para trás. Dois assuntos dividiram a maior parte do espaço dos meios de comunicação durante o mês de janeiro: o Programa Nacional de Direitos Humanos e o terremoto do Haiti. E, se a catástrofe que assolou o Haiti não tivesse atingido proporções tão dramáticas, a polêmica envolvendo o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), teria sido, seguramente, ainda maior. E por que o referido Programa gerou tanta polêmica?

Evidentemente, porque mexeu (e mexe) com temas sensíveis, alguns dos quais recorrentes, que têm o poder de dividir a opinião pública.

---

<sup>1</sup> Artigo publicado no Portal de Luciano Pires em 2 de fevereiro de 2010. Link para o artigo: <http://www.lucianopires.com.br/idealbb/view.asp?topicID=12822>

Antes de entrar na análise de seu conteúdo, vale ressaltar que o PNDH assinado pelo presidente Lula no dia 21 de dezembro último é o terceiro, uma vez que os dois primeiros foram lançados no governo de Fernando Henrique Cardoso. O primeiro, de 1996, era constituído de 228 itens e se preocupava principalmente com ações relativas à proteção de grupos específicos da sociedade como negros, índios, crianças e pessoas submetidas a trabalho forçado. O segundo, de 2002, mais detalhado, era composto de 558 metas e entre suas maiores preocupações encontrava-se a melhoria de vida de dependentes químicos e portadores de HIV.

Elaborado sob a responsabilidade de Paulo Vannuchi, secretário especial de Direitos Humanos, esta terceira versão do PNDH elevou as ações programáticas para 523 e em suas 75 páginas engloba propostas bastante variadas, que vão do controle social dos meios de comunicação à legalização da profissão de prostituta, passando por taxação das grandes fortunas, definição do marco regulatório dos planos de saúde, mudança na desocupação de áreas invadidas, inclusão de sindicatos nos licenciamentos ambientais e outras tantas.

Com tal abrangência, não é de estranhar que tenha não apenas mexido com a opinião pública, mas com integrantes do próprio governo, haja vista a reação imediata dos ministros Nelson Jobim e Reinhold Stephanes, respectivamente da Defesa e da Agricultura.

Embora reconhecendo a existência de gente de peso dos dois lados da polêmica, ou seja, a favor e contra o Programa – como se pode perceber pelo nome dos autores das várias fontes citadas ao final do artigo – eu me alinho claramente entre os críticos do PNDH, principalmente no que se refere a quatro de suas propostas.

A primeira delas é a que limita o papel da Justiça nos conflitos entre proprietários e invasores de terra, favorecendo claramente aos últimos, num flagrante atentado contra o direito de propriedade. Foi esse item que motivou o protesto do ministro da Agricultura, que afirmou que além de “aumentar a insegurança jurídica no campo” e de “fortalecer organizações radicais como o Movimento dos Sem-Terra (MST)”, o PNDH “mostra um certo preconceito com a agricultura comercial”.

A segunda proposta à qual me oponho vigorosamente é aquela que prega a mudança da Constituição para outorga e renovação de concessão de rádio e televisão, além de instituir critérios editoriais para a criação de um ranking de veículos de comunicação comprometidos com os princípios de direitos humanos, assim como dos que cometem violações. A par do elevado grau de subjetividade contido na proposta, assusta-me a tendência autoritária e intervencionista da mesma, na direção do que vem acontecendo seguidamente na Venezuela de Hugo Chávez.

Uma terceira preocupação – não menos grave – é aquela que praticamente revoga a Lei de Anistia tão duramente conquistada pela sociedade brasileira em 1979 e que foi fundamental para o retorno relativamente tranquilo ao Estado de Direito, depois de mais de vinte anos de regime militar. Da forma como foi proposta, dá a impressão de que os excessos ocorridos ao longo dos vinte e um anos de regime autoritário só ocorreram de um lado – o dos militares. Parece até que entre os alinhados nas hostes dos diversos grupos subversivos só tinha gente inocente e/ou bem intencionada, de tal forma que se tornam sem gravidade os atentados, assassinatos e sequestros por eles praticados. Diante disso, não é difícil entender a forte reação do ministro Nelson Jobim.

Por fim, gostaria de incluir também entre as propostas que mais me preocupam aquela que institui um código de conduta em direitos humanos como critério para a contratação e financiamento de empresas do poder público.

Antes de concluir, gostaria de passar ao amigo internauta duas impressões que este episódio me passou:

1. Desde que percebeu que para chegar à Presidência era preciso abandonar o tom radical das campanhas derrotadas nas três primeiras tentativas eleitorais (1990, 1994 e 1998), Lula adotou um perfil mais moderado, rapidamente chamado de Lula “light”, e distribuiu os principais cargos de seu governo entre antigos “companheiros” e novos aliados, estes ligados aos setores mais conservadores. Exemplos nesse sentido são Henrique

Meirelles, Roberto Rodrigues e Luiz Fernando Furlan, entre outros. A convivência de perfis tão díspares nem sempre foi tranquila, sendo necessária algumas vezes a intervenção direta do presidente para apaziguar ânimos exaltados de parte a parte. Este episódio do PNDH, porém, mostrou a verdadeira cara do governo do PT e deixou claro o compromisso de Lula com os velhos “companheiros”, no caso representados pelo secretário Paulo Vannuchi, cuja trajetória política não deixa margem a qualquer dúvida.

2. As convergências entre as versões do PNDH dos governos de Fernando Henrique e de Lula são muito maiores do que as divergências pontuais existentes entre elas. Tal fato revela que a proximidade entre os pontos de vista da social democracia (PSDB) e do socialismo (PT) é muito maior do que a existente entre a social democracia e o liberalismo, indicando que a aliança entre tucanos (PSDB) e liberais (DEM) não passa de mera circunstância eleitoral.

Concluo lembrando que meu último artigo do ano passado, *2009: Balanço e perspectivas*, focalizou o desempenho medíocre do Brasil em diferentes estudos internacionais que comparam performances de vários países. Esse desempenho medíocre deveu-se, em boa parte desses estudos, a problemas de ordem institucional relacionados ao excesso de burocracia, falta de transparência nas “regras do jogo” e desrespeito aos direitos de propriedade. A regulamentação – e conseqüente transformação em lei – dos itens aqui examinados não contribuirá em nada para melhorar nossa situação. Muito pelo contrário!

## **Referências e indicações bibliográficas**

ARRUDA, Roldão. **Especialista defende a abrangência do plano e diz que ‘Lula e FHC acertaram’.** *O Estado de S. Paulo*, 9 de janeiro de 2010, p. A 4.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **O passado não consegue passar.** *Carta Capital*, ano XV, nº 579, 20 de janeiro de 2010, pp. 26 – 27.

CABRAL, Otávio. **Eles têm outros planos.** *Veja*, edição 2148, ano 43, nº 3, 20 de janeiro de 2010, pp. 56 – 61.

CARTA, Mino. **Cassaram a repressão política.** *Carta Capital*, ano XV, nº 579, 20 de janeiro de 2010, p. 11.

CIVITA, Roberto. **Não desperdicemos a campanha de 2010.** *Veja*, edição 2145, ano 42, nº 52, 30 de dezembro de 2009, p. 294.

CONSTANTINO, Rodrigo. **Programa Nacional Bolivariano.** *Diário do Comércio*, 9,10 e 11 de janeiro de 2010, p. 2.

HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão.** Tradução e revisão de Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. 5ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

\_\_\_\_\_ **Os fundamentos da liberdade.** Brasília: UNB, 1983.

MAIA, Lucas de Abreu. **Entidades apoiam plano e pedem saída de ministros.** *O Estado de S. Paulo*, 15 de janeiro de 2010, p. A 8.

MAIEROVITCH, Walter Fanganiello. **Capitulação e pilatice.** *Carta Capital*, ano XV, nº 579, 20 de janeiro de 2010, p. 23 – 25.

MENDES, Vannildo. **Igreja e até ministro de Lula reagem ao Programa de Direitos Humanos.** *O Estado de S. Paulo*, 9 de janeiro de 2010, p. A 4.

MENDONÇA, José Márcio. **O viés autoritário do PNDH.** *Diário do Comércio*, 13 de janeiro de 2010, p. 2.

MESQUITA, Evandro. **Alerta geral.** *Diário do Comércio*, 15 de janeiro de 2010, p. 2.

NASCIMENTO, Gilberto. **A utilidade da barriga.** *Carta Capital*, ano XV, nº 579, 20 de janeiro de 2010, pp. 18 - 22.

NASSAR, André Meloni. **Um funeral para o agronegócio.** *O Estado de S. Paulo*, 20 de janeiro de 2010, p. A 2.

NÊUMANNE, José. **O fantasma da vingança espreita a eleição.** *O Estado de S. Paulo*, 20 de janeiro de 2010, p. A 2.

**NOVA investida contra a democracia.** Editorial de *O Estado de S. Paulo*, 19 de janeiro de 2010, p. A 3.

**O DECRETO da incompetência.** Editorial de *O Estado de S. Paulo*, 14 de janeiro de 2010, p. A 3.

**O PT de volta às origens.** Editorial de *O Estado de S. Paulo*, 17 de janeiro de 2010, p. A 3.

PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. **Plano demole soberania e democracia.** *O Estado de S. Paulo*, 19 de janeiro de 2010, p. A 2.

**QUE se enterre o que é autoritário.** Carta ao leitor de *Veja*, edição 2148, ano 43, nº 3, 20 de janeiro de 2010, pp. 12 – 13.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. **Trapalhadas inconstitucionais.** *O Estado de S. Paulo*, 13 de janeiro de 2010, p. A 2.

ROSENFELD, Denis Lerrer. **Direitos humanos.** *O Estado de S. Paulo*, 18 de janeiro de 2010, p. A 2.

**ROTEIRO para o autoritarismo.** Editorial de *O Estado de S. Paulo*, 10 de janeiro de 2010, p. A 3.

#### **Referências e indicações webgráficas**

AZEVEDO, Reinaldo. **Dilma: a inépcia reiterada.** Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/dilma-a-inepcia-reiterada/>.

MACHADO, Luiz Alberto. **2009: Balanço e perspectivas - Saldo positivo... apesar de tudo.** Disponível em <http://www.lucianopires.com.br/idealbb/view.asp?topicID=12663>.

NEMO, João. **Não há por que se decepcionar.** Disponível em <http://www.midiaamais.com.br/politica/2292-nao-ha-por-que-se-decepcionar>.